Ultracargo Logística S.A.

CNPJ - 14.688.220/0016-40

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - *(Em milhares de Reais)*

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	247.405	16.385
Aplicações financeiras	89.707	198.578
Contas a receber de clientes	18.958	19.206
Estoques	10.211	8.713
Tributos a recuperar	16.419	16.359
Demais contas a receber	2.738	1.460
Despesas antecipadas	13.234	6.338
Total dos ativos circulantes	398.672	267.039
Não circulantes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.988	15.854
Tributos a recuperar	11.009	8.105
Depósitos judiciais	8.704	7.356
Demais contas a receber	6.316	140
Despesas antecipadas	6.895	350
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e outros	158.684	187.383
Ativos de direito de uso	470.244	327.442
Imobilizado	1.166.181	1.073.525
Intangível	281.918	275.963
Total dos ativos não circulantes	2.132.939	1.896.118
Total dos ativos	2.531.611	2.163.157

Passivos	31/12/2022	31/12/2021
Circulantes		
Debêntures	1.599	1.567
Fornecedores nacionais	59.113	37.671
Salários e encargos sociais	48.969	45.793
Obrigações tributárias	9.628	7.258
Dividendos propostos a pagar	46.247	36.196
Imposto de renda e contribuição social a pagar	26.261	15.341
Benefícios pós-emprego	-	258
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	911	1.009
Arrendamentos a pagar	22.089	15.050
Seguros a pagar	10.978	3.626
Demais contas a pagar	7.851	6.155
Total dos passivos circulantes	233.646	169.924
Não circulantes		
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	13.449	12.278
Debêntures	185.896	181.914
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.925	8.418
Benefícios pós-emprego	1.649	1.419
Arrendamentos a pagar	450.893	312.556
Adiantamento de clientes	27.167	42.620
Demais contas a pagar	12.192	2.623
Total dos passivos não circulantes	700.171	561.828
Patrimônio líquido		
Capital social	866.860	816.681
Adiantamento para aumento de capital futuro	-	22.300
Instrumento patrimonial outorgado	5.206	2.384
Reservas de lucros	551.078	539.927
Incentivos fiscais	37.080	27.388
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.005)	(1.155)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	138.575	23.880
Total do patrimônio líquido	1.597.794	1.431.405
Total dos passivos e do patrimônio líquido	2.531.611	2.163.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços	813.119	713.096
Custos dos serviços prestados	(308.745)	(288.125)
Lucro bruto	504.374	424.971
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas e comerciais	(12.671)	(9.136)
Gerais e administrativas	(131.849)	(126.041)
Resultado na baixa e venda de bens	(887)	(1.755)
Outros resultados operacionais, líquidos	3.016	3.912
Lucro operacional	361.983	291.951
Equivalência patrimonial	(24.065)	(19.318)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	337.918	272.633
Receitas financeiras	33.501	9.782
Despesas financeiras	(64.769)	(49.383)
Resultado financeiro líquido	(31.268)	(39.601)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	306.650	233.032
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(80.355)	(47.184)
Diferidos	7.229	(4.937)
	(73.126)	(52.121)
Lucro líquido do exercício	233.524	180.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	233.524	180.911
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(33)	11
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais de benefício pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribução social	183	242
Resultado abrangente do exercício	233.674	181.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	426.370	304.500
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(61.790)	(295.320)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(133.560)	(23.817)
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa	**231.020**	**(14.637)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**16.385**	**31.022**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**247.405**	**16.385**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Adiantamento para aumento de capital futuro	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros: Incentivos Fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**816.681**	**22.300**	**2.384**	**27.388**	**56.916**	**483.011**	**(1.155)**	**23.880**	**-**	**1.431.405**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	233.524	233.524
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(33)	-	-	(33)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	183	-	-	183
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	150	-	233.524	233.674
Aumento de capital com reservas	27.879	-	-	(27.879)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital através adiantamento para aumento de capital futuro	22.300	(22.300)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	-	-	2.822	-	-	-	-	-	-	2.822
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularização da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	491	-	(491)	-	-	-	-
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(23.880)	-	(23.880)
Reserva legal	-	-	-	-	11.676	-	-	-	(11.676)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	37.080	-	-	-	-	(37.080)	-
Dividendos propostos para ações ordinárias (R$ 2,2004 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	138.575	(173.681)	(35.106)
Dividendos propostos para ações preferenciais (R$ 0,6716 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.086)	(11.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**866.860**	**-**	**5.206**	**37.080**	**68.592**	**482.485**	**(1.005)**	**138.575**	**-**	**1.597.794**

	Capital social	Adiantamento para aumento de capital futuro	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros: Incentivos Fiscais	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**786.129**	**-**	**875**	**31.176**	**47.870**	**494.900**	**31.010**	**(1.408)**	**-**	**-**	**1.390.552**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180.911	180.911
Outros resultados abrangentes:											
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	11
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	242	-	-	242
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	253	-	180.911	181.164
Aumento de capital com reservas	30.552	-	-	(30.552)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	-	22.300	-	-	-	-	-	-	-	-	22.300
Instrumento patrimonial outorgado	-	-	1.509	-	-	-	-	-	-	-	1.509
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74	74
Regularização da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(622)	-	622	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	-	74	-	-	-	(74)	-
Reserva legal	-	-	-	-	9.046	-	-	-	-	(9.046)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	84.479	-	-	-	(84.479)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.386	-	-	-	-	-	(27.386)	-
Dividendos intermediarios pagos por ações ordinárias (R$ 1,9455 por ação)	-	-	-	-	-	(88.253)	(31.010)	-	-	-	(119.263)
Dividendos intermediarios pagos para ações preferenciais (R$ 0,6257 por ação)	-	-	-	-	-	(8.811)	-	-	-	-	(8.811)
Dividendos propostos para ações ordinárias (R$ 0,4399 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	23.880	(50.847)	(26.967)
Dividendos propostos para ações preferenciais (R$ 0,6500 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.153)	(9.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**816.681**	**22.300**	**2.384**	**27.388**	**56.916**	**483.011**	**-**	**(1.155)**	**23.880**	**-**	**1.431.405**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL - A Ultracargo Logística S.A. (“Sociedade”) está domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 4° andar, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a operação dos terminais de granéis líquidos que requerem manuseio especial. A Sociedade opera no porto de Aratu no estado da Bahia, no complexo industrial portuário de Suape no estado de Pernambuco, no terminal de Santos no estado de São Paulo, no terminal do porto do Rio de Janeiro e no terminal de Itaqui no Estado do Maranhão. A Sociedade é controladora da Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A., situada no Brasil, com sede na Rodovia PA 481, KM 2.3, Porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, estado do Pará, e tem como atividade preponderante as operações de movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis e controladora da TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda., situada no Brasil, com sede na Avenida engenheiro Augusto Barata, S/N, na cidade de Santos , estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante organização logística do transporte de carga e coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de carga. A capacidade instalada da Sociedade totaliza 965.212 m³ em 31 de dezembro de 2022 (873.284 m³ em 31 de dezembro de 2021). O controlador final da Sociedade é a Ultrapar Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na “B3” (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque). A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade, em 29 de março de 2023. **a. Principais eventos ocorridos no exercício -** ***a.1 Esclarecimentos sobre os impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia -*** Em fevereiro de 2022 teve início uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia levou e pode levar a perturbações do mercado e uma volatilidade significativa nos preços das commodities, incluindo o petróleo bruto, o que pode afetar os preços dos combustíveis à base de petróleo e a demanda nos mercados em que atuamos. Além disso, os governos dos Estados Unidos e de outros países impuseram sanções econômicas à Rússia, incluindo políticos, entidades corporativas e bancárias. Essas sanções, ou mesmo a ameaça de novas sanções, podem fazer com que a Rússia tome contramedidas ou ações de retaliação que podem levar a mais perturbações do mercado. Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira global poderia ter um impacto negativo em nossa capacidade de obter empréstimos futuros. As interrupções nos mercados financeiros também poderiam levar a uma redução no crédito comercial disponível devido a preocupações de liquidez das contrapartes. Se experimentarmos uma diminuição na demanda por nossos serviços ou um aumento na inadimplência em nossas contas a receber, ou se não conseguirmos obter empréstimos, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das operações poderão ser adversamente afetados.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard* “IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (“R$”), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma. A Sociedade não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pois não possui instrumentos de dívida ou patrimônio negociados em mercado aberto e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis em um órgão regulador visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto. Adicionalmente, a Sociedade é controlada integral da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), a qual divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas ao público e junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 15 de fevereiro de 2023. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. ***a. Reconhecimento de receitas -*** As receitas de serviços prestados decorrentes de contratos com clientes, são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Sociedade e suas controladas receberão a contraprestação em troca dos serviços transferidos. A Sociedade reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. A Sociedade e suas controladas não possuem obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. Na Sociedade, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais sendo elas, definidas pela parcela fixa cuja a contraprestação é linear e a parcela variável decorrente da movimentação realizada pelo cliente. ***b. Caixa e equivalentes de caixa -*** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. ***c. Ativos financeiros -*** A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação, quando aplicavél. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***d. Contas a receber -*** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. ***e. Estoques -*** Os estoques mantidos pela Sociedade se referem substancialmente a estoques para manutenção. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. ***f. Investimentos -*** As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. ***g. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar -*** A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar, calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida com contrapartida no ativo de direito de uso. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade não possui a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade revisa periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A Sociedade aplica os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida. ***h. Imobilizado -*** Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens, e que são revisados anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens. ***i. Intangível -*** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo: • Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UCG”), os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para de teste de recuperabilidade. • Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares* e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente, que levam em consideração sua vida útil, e que são revisados anualmente. A Sociedade não tem contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade possui ágios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida. ***j. Demais ativos -*** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente. ***k. Passivos financeiros -*** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações, e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros. ***l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido -*** O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária. ***m. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes -*** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. ***n. Benefícios pós-emprego -*** Os benefícios pós -emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. ***o. Adiantamento de clientes e demais contas a pagar -*** Os adiantamentos de clientes e demais contas a pagar são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos para construção de tanques em expansões e serão amortizados pela prestação de serviços. ***p. Transações em moeda estrangeira -*** As transações da Sociedade realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação. ***q. Uso de estimativas, premissas e julgamentos -*** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data -base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. ***q.1 Julgamentos -*** As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na determinação de controle de sociedades controladas e na determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto. ***q.2 Incertezas sobre premissas e estimativas -*** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, determinação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, determinação da provisão para perda em estoques, realização de IRPJ e CSLL diferidos, valor de realização dos tributos a recuperar, vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso, vida útil do ativo imobilizado, vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e estimativas para elaboração de laudo atuarial. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas. ***r. Redução ao valor recuperável de ativos -*** A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação, de desvalorização a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados. ***s. Despesas antecipadas -*** A Sociedade apresenta como despesas antecipadas os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à Sociedade ocorrerão posteriormente. ***t. Demonstrações dos fluxos de caixa -*** A Sociedade apresenta os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e dos dividendos recebidos nas atividades operacionais.

3 NOVAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Sociedade na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes. A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as novas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

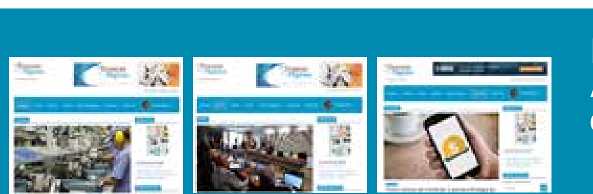
4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ***a. Capital social -*** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 77.442.176 ações, sendo 62.976.690 ordinárias e 14.465.486 preferenciais, sem valor nominal. Em setembro e novembro de 2022 houve aumento de capital através do AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) no montante de R$ 22.300 e aumento de capital através de reservas de incentivos fiscais no montante de R$ 27.878 (R$ 30.552 em 2021). ***b. Instrumento patrimonial outorgado -*** A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultrapar mantidas em tesouraria. c. ***Reservas de lucros - c. 1 Reserva legal -*** Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. ***c. 2 Reserva de retenção de lucros -*** É constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. ***d. Ajustes de avaliação patrimonial -*** Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial, líquidos do imposto de renda e da contribuição social. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira. ***e. Dividendos e destinação do resultado do exercício -*** Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Às ações preferenciais são assegurados dividendos não cumulativos de 6% ao ano sobre o seu valor unitário, bem como a distribuição de um novo dividendo adicional se às ações ordinárias forem distribuídos dividendos de percentual superior ao da distribuição já feita. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2022, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$ 70.072 (R$ 0,9366 por ação ordinária e R$ 0,7664 por ação preferencial), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2023, e será pago sem atualização ou correção monetária, a partir desta data até 31 de dezembro de 2023.

Destinação do lucro líquido	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	233.524
Reserva legal (5% do lucro líquido)	11.677
Constituição da reserva de incentivos fiscais	37.080
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	184.767
Dividendos propostos do exercício das ações ordinárias	35.106
Dividendos propostos do exercício das ações preferencias	11.086
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	138.575
Total da distribuição	184.767
Saldo de dividendos propostos (R$ 2,2004 por ação ordinária e R$ 0,6716 por ação preferencial)	184.767

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de parecer sem ressalvas, encontram-se à disposição na sede da sociedade. **A DIRETORIA**

Rodrigo Legaspe Barbosa Pereira
Contador - CRC SP-267322/O-7

Empresas & Negócios



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

www.netjen.com.br 3106-4171

Filoo Licenciamento de Software S.A

CNPJ nº 13.509.469/0001-00 - NIRE 35.3.004.4760-3

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Filoo Licenciamento de Software S.A (“Companhia”), para a **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada, em 1ª convocação, no dia **29.04.2023, às 10:00 horas**. Tal Assembleia será realizada na modalidade digital, sendo a participação e votação à distância, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado 31.12.2022. *Os acionistas que desejarem participar e votar a distância deverão solicitar o link da plataforma digital ou o boletim de voto a distância por e-mail até as 11h do dia 25/04/2022, nos endereços clarissa@filoo.com.br e marcos@filoo.com.br.* A Companhia informa aos Senhores Acionistas que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório da auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2022 estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 30 de março de 2023. **Rubem Ariano Crespo Neto** - Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04/2023)

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas & Negócios Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2D2E-C95F-9249-99DE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2D2E-C95F-9249-99DE ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2D2E-C95F-9249-99DE

Hash do Documento

70CA7124B77F0B7F2421D37C5195DCBD215EF3EECC4C20905F4705DC4700650C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 29/03/2023 21:55 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

LEIA O QRCODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ultracargo-logistica-s-a-10/

Empresas & Negócios